

MORALIDADE E SAÚDE PÚBLICA: OS REFLEXOS DA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO NO COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

MORALITY AND PUBLIC HEALTH: THE
CONSEQUENCES OF UNION'S UNLINKING REVENUES
IN THE FIGHT AGAINST CORONAVIRUS PANDEMIC

MORALIDAD Y SALUD PÚBLICA: LOS REFLEJOS DE
DESVINCULAR LOS INGRESOS DEL SINDICATO EN LA
LUCHA CONTRA LA PANDEMIA DEL CORONAVIRUS

SUMÁRIO:

Introdução; 2. Moralidade: esteio fundamental da coisa pública; 2.1 O sistema tributário como instrumento de moralidade na prestação dos serviços sociais pelo Estado; 2.2 A desvinculação de receitas da união (DRU): Art. 76-b, ADCT; 3. Covid-19 e o sistema de saúde brasileiro; 4. Conclusão; Referências.

RESUMO:

Objetivou-se por meio do presente artigo tratar acerca da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e de que forma, em especial na pandemia da Covid-19, pode influenciar no atendimento prestado aos brasileiros por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Tendo em vista a possibilidade de que os valores desvinculados contribuam à falta de manutenção do SUS e no combate à pandemia, diante das imensas filas e esperas por leitos hospitalares. Utiliza-se a revisão bibliográfica integrativa, tanto por meios físicos, quanto digitais, como plataformas SciELO, periódicos

Como citar este artigo:
BOTELHO, Ben Hur,
RODRIGUES, Hugo.
Moralidade e saúde
pública: os reflexos
da desvinculação de
receitas da União no
combate à pandemia
do coronavírus.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 61-76

Data da submissão:
20/09/2020

Data da aprovação:
27/12/2021

1. Universidade de Santa
Cruz do Sul - Brasil
2. Universidade de Santa
Cruz do Sul - Brasil

cos CAPES, entre outros. Como resultado, observou-se que a desvinculação de receitas da união propicia à deficiência do Estado na prestação dos serviços de saúde, bem como no combate à Covid-19.

ABSTRACT:

This article was meant to approach the Union's Unlinking Revenues and, especially in the Covid's pandemic, how it can influence the service provided to brazilian people through the Sistema Único de Saúde (SUS), in view of the possibility that the unlinked values contributes to the lack of maintenance of SUS and facing the immense queues and waiting for hospital beds occasioned by the virus. An integrative bibliographic review is used, both by physical and digital means, such as SciELO platforms, CAPES journals, among others. As result it was observed that the Union's unlinking revenues leads to the State's deficiency in delivery health services, as well as in combating Covid-19.

RESUMEN:

El objetivo del presente artículo es trata sobre la Desvinculación de Ingresos de la Unión (DRU) y de qué forma, especialmente durante la pandemia del Covid-19, puede influenciar en la atención prestada a los brasileños por medio del Sistema Único de Salud – SUS. Teniendo en consideración la posibilidad que los valores desvinculados contribuyan a la falta de mantención del SUS y el combate a la pandemia, antes las enormes colas y esperas de cama en los hospitales. Se utiliza la revisión bibliográfica integrativa, tanto por medios físicos y digitales, como plataformas SciELO, periódicos CAPES, entre otros. Como resultado, se observó que la desvinculación de los ingresos de la unión propicia a la deficiencia del Estado en la prestación de los servicios de salud, así como en el combate al Covid-19.

PALAVRAS-CHAVE:

Desvinculação receitas; Direito à saúde; Covid-19; Tributo.

KEYWORDS:

Unlinking revenues; Health rights; Covid-19; Tribute.

PALABLAS CLAVE:

Desvinculación de ingresos; Derecho a la salud; Covid-19; Tributo.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do Estado Democrático de Direito em solo nacional, por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), surgiu a responsabilidade de resguardar, também, os direitos fundamentais de cada brasileiro. Dentre eles, o pilar de sustentação da vida, que é a saúde, disposto no caput do artigo 6º da CF como de fundamental atuação para provimento de um Estado Social.

Todavia, como necessário, para se prover saúde e os demais direitos fundamentais a todos, determinante se ter de onde e como prover, afinal de contas, nada, em absoluto nada, é gratuito, uma vez que o Estado serve como meio/instrumento para prover os serviços esperados pelos indivíduos, sendo, para tanto, criados tributos, que possam, por sua vez, prover essas “benesses”, condições sem as quais, as ferramentas estatais de nada serviriam aos préstimos e contrapartidas da sociedade.

A fim de melhor, ainda, tratar ponto de crucial importância para manutenção da dignidade da pessoa humana, que é a saúde dos sujeitos, verbas/tributos específicos a isso foram criados, sendo seu emprego auxiliar para melhor ajuste das ações estatais.

Entretanto, com a necessidade econômica das demais áreas de ação estatal, criou-se a Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que, a priori, ocasiona teratológica retirada dos meios provedores de ações da área da saúde, podendo, como se observará, ocasionar escassez no atendimento de inúmeras e graves demandas, o que fica ainda mais aviltante quando se está em tentativas de combate a uma pandemia, qual não se via, em tamanha extensão, há mais de um século.

Com isso, questiona-se, será que o emprego da coisa pública se faz no princípio explícito e basilar da administração pública que é o da moralidade.

Observar-se, por meio da presente revisão bibliográfica, que, havendo desvinculação de receitas da união, a prestação e promoção da saúde por parte do Estado, em especial em momentos de crise sanitária, como ocorre em vista da Pandemia da Covid-19, restam prejudicadas.

2 MORALIDADE: ESTEIO FUNDAMENTAL DA COISA PÚBLICA

Não obstante estar formalmente consignado e explícito na CF, artigo 37¹, caput, o princípio da moralidade como marco substancial da coisa pública. E, com isso, também do sistema de saúde que a compõe. É importante apontar, inicialmente, o que se está buscando junto a norma descritiva quando se quer a sua aplicação (moralidade) dentro dos serviços públicos prestados/devolvidos, uma vez que, embora seja uma discussão de tempos, sempre se está a questionar o que vem a ser moral (causadora da característica moralidade).

A moral comumente é confundida com a ética. Muito embora uma complementa a outra, são distintas em sua natureza de atuação diante da sociedade. A última tem o condão de analisar os indivíduos e as questões postas nos meios sociais, a fim de validar, ou não, aquilo que será concebido como certo ou errado, moral ou não moral, normatizando o convívio entre os indivíduos.²

Portanto, quando estamos falando de moral, estamos falando de algo que já está regulado dentro da sociedade. Daquilo que se espera do cidadão comum como forma de agir e esperar ação do outro, eis que vinculado a algo supra, pré-concebido dentro da comunidade, fazendo com que o indivíduo tenha pré-definido, portanto, o que seus atos trarão (quase que a ideia da 3ª Lei e Newton, ação e reação³).⁴

Logo, quando o constituinte formou a necessidade de que um dos princípios explícitos da administração pública fosse a moralidade, ele concebeu a ideia de que o Estado, por meio de seus governantes, trataria a coisa pública com olhos voltados àquilo que a sociedade espera moralmente deste. Afinal, estará aí um ideal republicano de fato. Quase uma espécie de super-princípio, que, na visão de Ataliba (2001, p. 32), é tido como princípio fundamental e básico de um Estado de Direito. Onde institui-se no papel de “informador de todo o nosso sistema jurídico” e que “a ideia de república domina não só a legislação, como o próprio Texto Magno, inteiramente, de modo inexorável, penetrando todos os seus institutos e esparramando seus efeitos sobre seus mais modestos escaninhos ou recônditos meandros”.

E mais, o autor (Ataliba, 2001) indica, ainda, que os princípios são superiores às regras. Motivo pelo qual as últimas se sujeitam àqueles. O

princípio republicano é basilar aos demais, indicando valores e diretrizes para todo o sistema jurídico, tão logo, também à aplicação de regras morais.

De acordo com Kant (2005, p. 58-59), a moral determinará a atitude que o indivíduo terá diante de determinada situação. Podendo até mesmo, prever algo dentro das hipóteses criadas, uma vez que está antes da lei, como uma espécie de normativa da razão.⁵

Hely Lopes de Meirelles (2002, p.87-88), manifesta que “a moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (CF, artigo 37, caput)”, uma vez que o Legislador constituinte, ao trazer para Carta máxima do Estado Social a finalidade de que seja abraçada a concepção de legal e honesto, não apenas um ou outro, o fez por considerar tanto o Direito, quanto a moral, a fim de que sua aplicação por meio do Estado não fique adstrita tão somente à norma, pois nem tudo que é legal é honesto. Não diferente, leciona Mello (2002, p.109), ao indicar que “a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de seus princípios éticos”, uma vez que, o contrário, seria o mesmo que ir em sentido oposto ao Direito, eivando licitudes e contrariando a lealdade e boa-fé administrativa.

Com isso, tem-se no princípio da moralidade base, indiscutível, para instrumentalizar a aplicação da moral pelo Estado, a fim de que as medidas de efetivação da prestação estatal sejam fundadas naquilo que se espera dentro da sociedade.

2.1 O sistema tributário como instrumento de moralidade na prestação dos serviços sociais pelo Estado

A moral estará presente e como viés de aplicação em tudo aquilo que estiver ligado à atividade do Estado em face dos indivíduos, pois são estes, em primeiríssima análise, agentes que viabilizam a ação estatal por meio de sua participação contributiva. Ou seja, a bem da verdade, o Estado e seus agentes políticos, atuam em serviço da comunidade, que os mantém por meio da função, já dita, contributiva (pagamento dos impostos para manutenção da máquina pública), para que, então, atinjam seus fins.⁶

Desta feita, não deixará (muito pelo contrário, deverá) estar vinculada à ação estatal à necessidade de obedecer, também, uma moralidade tributária, qual seja o viés daquilo que é certo ou errado em última análise,

diante do uso da verba social.

Até mesmo porque o Direito, em si, é uno. Ou seja, algo que em sua base epistemológica determina e evoca as mesmas bases sedimentares a todos os seus ramos, vindo os mesmos a tratarem de forma diferente simplesmente para pragmatizar a aplicação e os estudos de cada setor, demonstrando de que forma cada área se auto-regulamentará da base origem.⁷

De acordo com Tipke (2002, p.15), o direito tributário não é apenas uma ferramenta com o poder de subtrair valores dos cidadãos, mas, sim, instrumento capaz de gerar qualidade no convívio dos indivíduos também sentido horizontal (uns com os outros – solidariedade/fraternidade tributária), fundamental para o bom andamento da sociedade.⁸

Ainda, reflete o quanto necessário analisar o sistema tributário do ponto de vista moral, uma vez que, por meio de uma tributação realizada em base moral, efetivar-se-á, a priori, justiça, por conta da concepção dos valores éticos em sociedade [responsáveis por compor as “normas” morais]; ou seja, administra-se baseado em valores intrínsecos às concepções do que é relativamente justo entre os indivíduos, estando-se, assim, diante da manifestação dos princípios morais que regem a estruturação da coisa pública.⁹

Os princípios, por sua vez, conforme leciona TIPKE (2002), tem por base a formação de conteúdo não discriminatório, ou seja, por égide primária o objetivo de tratar, desde sua origem, a ideia de que por ocasião dos valores ligados ao princípio moral, há de se precaver que determinadas vantagens desequilibrem o contexto em que inseridas, o que identifica que os princípios devem ser valorados desde sua origem, a fim de que quando materializados, tragam em sua ação instrumento capaz de gerar efetiva igualdade.

Contudo, jusnaturalistas, positivistas e relativistas, debatem sobre a possibilidade de princípios no direito, uma vez tratar de questão intrínseca e subjetiva de cada ser, não sendo crível pensar sua positivação, uma vez pertencentes a esfera de sentimento; muito embora, as próprias constituições de Estados Democráticos de Direito tragam, consigo, exposição acerca da busca de uma sociedade relativamente justa.

E mais, de acordo com o autor (TIPKE, 2002, p. 21), “não existe um critério de justiça uniforme para todo o direito [...] deve ser decidido qual

princípio ou qual critério é adequado para o particular ramo do Direito”, sendo que para o Direito Penal, por exemplo, tem-se a orientação pela culpabilidade, por onde medir-se-á a justa pena e, para o ramo do Direito Tributário, também a exemplo, o princípio da capacidade contributiva, meio pelo qual, assim como no Direito Penal, ter-se-á critério de partida para analisar uma “justiça adequada à matéria”, motivo pelo qual, há de se observar que a base que sedimentará esses subprincípios é uma, ligada à natureza daquilo que é certo ou errado [princípio moral].

Para isso, e para que a moralidade seja empregada por meio, também, da norma tributária, mister seja que o tratamento da coisa se dê com caráter de moralidade e isonomia, bem como com valores que determinem os princípios basilares da administração pública, quais, de acordo com Paulsen (2017, p. 185), todos condicionadores da atividade tributária.¹⁰

Desta feita, observa-se a necessidade de que as instituições estatais estejam organizadas e preparadas, de modo a conceber as prioridades da sociedade contributiva, nos limites daquilo que é certo ou errado, moral ou imoral, para que a distribuição das ações sociais se dê nos sedimentos de um Estado Social, uma vez que, segundo Rawls (1997, p. 303), “o sistema social deve ser estruturado de modo que a distribuição resultante seja justa, independentemente do que venha a acontecer”; ou seja, dar à prestação estatal a função de agente empregador do dinheiro público advindo dos impostos como ferramenta capaz de distribuir de forma justa e moral sua contrapartida.¹¹

2.2 A Desvinculação de Receitas da União (DRU): Art. 76-B, ADCT

Inicialmente, cumpre clarear:

Art. 1º. O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (...)’ (BRASIL, 2016).

Muito embora a emenda demonstre claramente qual a sua função

(permitir que verbas advindas de contribuições sociais sejam desvinculadas de sua finalidade), cumpre observar que a prática, antanho provisória, persiste há mais de duas décadas. Sua origem é do ano de 1994, com a finalidade de auxiliar no enfrentamento dos elevados comprometimentos de receitas no orçamento geral da União, principalmente na época em que instituído o Plano Real, com intuito de estabilização econômica no país.¹²

Entretanto, a prática adotada por meio da desvinculação de verbas destinadas aos fins da seguridade social, dentre eles à prestação da saúde, acaba distorcendo aquilo que se busca do viés contributivo, eis que deturpa a finalidade à qual determinado tributo foi instituído.¹³

Ainda, os tributos específicos, ou seja, idealizados para uma determinada finalidade (seguridade social por exemplo), não devem ser desta finalidade extintos, eis que, assim sendo, passarão a atingir o financiamento geral da União, facultando, desta forma, desvios em seus propósitos, refutando importantes pontos da sociedade, como a saúde.¹⁴

De acordo com Yamashita (2014, p. 28-29), as normas de finalidade devem ser diferenciadas, com objetivos de finalidade fiscal (arrecadar verbas para satisfação das necessidades financeiras do Estado), finalidade social (espécie de normas indutoras, que buscam por meio de instrumentos do Estado alcançar o bem-estar social) e finalidade simplificadora (instrumento que facilita a aplicação do Direito Tributário), a fim de que se organize dentro de cada finalidade aquilo que compete ao Estado e a sociedade, seus fins e os meios adequados para sua efetivação.

Desta feita, é concebível que a Desvinculação de Receitas da União impõe manifesto desconforto quando de sua aplicação, eis que a finalidade das contribuições sociais, como o próprio nome já o diz, requerem propósito social, sendo sua desvinculação, no mínimo, teratológica, perdendo-se a oportunidade de que mais recursos sejam aplicados no SUS e, com isso, nosso sistema de saúde obtenha qualidade superior, sem filas, entre outras questões, o que também é uma preocupação do Conselho Nacional de Saúde, que contesta veementemente a DRU, eis que a saúde brasileira já carrega o subfinanciamento em seu histórico.^{15, 16}

3 COVID-19 E O SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO

A pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), pública e notória, assolava a China já em dezembro de 2019. Todavia, o sistema de saúde bra-

sileiro, ou silenciou ou não deu créditos a uma possível pandemia. Lembremos que a última, nessas proporções, se deu há mais de cem anos^{17, 18}.

Ocorre que o Sistema Único de Saúde, há muito, enfrenta graves problemas, como: filas a espera de leitos (sejam simples ou, pior, de UTI), falta de medicamentos e profissionais, entre tantos outros. Isto é, não é novidade, como a pandemia causada pelo Coronavírus, a precariedade enfrentada pelos brasileiros no acesso a saúde pública de qualidade. Prova está na envelhecida necessidade de busca nas vias judiciais para proteção do direito e garantia fundamental à saúde preconizado no caput dos direitos sociais previstos no art. 6º, bem como no artigo 196, ambos da CF.

Entretanto, conforme observa Rascovski, ao falar da atuação na Defensoria Pública de São Paulo na judicialização de demandas na área da saúde, é certo que obtivemos avanços históricos nesse período pós-constituição democrática na área. Todavia, muito há que se alcançar, eis que ainda, em grande monta, presente a falta de recursos e estratégias, além, pior, de desvios e outras formas que fazem do sistema de saúde um espaço “caótico” no Brasil. Isso infelizmente não nos alarma mais (triste concepção pós-moderna), pois acostumamos não ter esse retorno do Estado sempre que preciso.¹⁹

Porém, quando estamos diante de situações como a posta pela Pandemia, onde inúmeras pessoas acabam por perder suas vidas pela falta de leitos no sistema de saúde, verificamos o quanto importante que os instrumentos/meios de garantia e manutenção da saúde estejam suficientemente preparados; é aí que damos real valor²⁰ àquilo que deve ser melhor reconhecido dentro da sociedade, que é a saúde, a proteção da vida, e mais, não é difícil perceber o quanto a falta de estratégias para políticas públicas voltadas à saúde antanho nos faz falta atualmente.

Muito pelo contrário, basta abrirmos jornais, ligar televisores e conectar aos espaços da internet para vermos (em fontes seguras), informações como: “sobrecarga no Sistema Único de Saúde ocorre primeiro que na rede privada de hospitais”(NEXO, 2020), ou “na capital Belém, 100% dos leitos estão ocupados; destes, 80% com pacientes suspeitos ou confirmados com covid-19” (ESTADÃO, 2020), ou ainda pior, dos tipos; “paciente com Covid-19 morre no Rio após esperar por leito e ambulância”(G1, 2020) e “coronavírus: sem ventilador, paciente morreu ‘roxo por falta de ar em frente a equipe’ - o caos descrito por médicos em Pernam-

buco”²¹.

Ocorre que não apenas os pacientes da Covid-19 deixaram de ter o atendimento prestado pelo sistema de saúde brasileiro. As outras enfermidades ou acidentes cotidianos não deixaram de existir nos meios clínicos por conta da Pandemia.

Por tais motivos, o caos instalado dentro dos hospitais se deu de forma inimaginável, tanto é que o Dr. Elias Knobel, responsável por instalar o primeiro leito UTI no Hospital Israelita Albert Einstein, em 1972, “a grande novidade à época”, em entrevista ao Blog equilíbrio e saúde (UOL, 2020) disse que “todo mundo está perplexo com a falta de leitos de UTI, estarrecido com a falta de respiradores. Mas o problema é que quem trabalha em UTI vive esse problema no Brasil”, faz parte da sua rotina, e complementa dizendo que a polêmica de estar com o último leito vago e o último respirador e quem será eleito para usar é antiga.

Pelo exposto, há de se confirmar que a Pandemia causada pela Covid-19 só reafirma o quão o Estado brasileiro está despreparado para resguardar a saúde de seu povo.

4 CONCLUSÃO

Percebeu-se que, por mais que a CF/88 (originária) tenha marcado em seus fundamentos basilares a garantia do acesso pleno à saúde, seus comandos, na prática, acabam por ficar afastados da comunidade quando precisos; uma vez que por meio da DRU (Desvinculação de Receitas da União), realizada por emenda à CF, em torno de 30% das receitas que seriam destinadas à seguridade social, com isso, também à saúde, ocasionando em uma melhor instrumentalização e preparo do sistema de saúde brasileiro, vão para uso comum de despesas do Estado, de modo que seja determinante para que não se consiga combater as filas de espera por atendimento do SUS, ainda mais clarividente em meio a uma das maiores crises de saúde dos últimos 100 anos (Pandemia Covid-19), que só no Brasil, já matou mais de 100mil pessoas.

REFERÊNCIAS

- ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro

Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BBC NEWS. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52655692>. Acesso em: 07 de set. 20.

BRADBURY, Leonardo Cacau Santos La. Princípio da Moralidade Administrativa ou Tríplex Dimensão da Legalidade: conceito, aplicação e abrangência. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 24, jun. 2008. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/leonardo_bradbury.html. Acesso em: 07 de set. 20.

_____. Princípio da Moralidade Administrativa ou Tríplex Dimensão da Legalidade: conceito, aplicação e abrangência. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 24, jun. 2008. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/leonardo_bradbury.html. Acesso em: 07 de set. 20.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 de set. 20.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 93*, de 08 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm. Acesso em: 07 de set. 20.

BRASIL. *Painel Coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 07 de set. 20.

BUFFON, Marciano. *Tributação e dignidade humana: entre os direitos e os deveres fundamentais*. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado Editora, 2009.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. 17. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *CNS contesta desvinculação de tributos federais voltados à seguridade social*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/585-cns-contesta-desvinculacao-de-tributos-federais-voltados-a-seguridade-social-2>. Acesso em: 07 de set. 20.

DEPARTAMENTO DE FÍSICA UFPB. *Notas de aula de física: Leis de*

Newton. Disponível em: http://www.fisica.ufpb.br/~romero/pdf/05_leis_de_newton.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

DE MELLO, Celso Antonio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DIAS, F. Á. C. *DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO, AINDA NECESSÁRIA?* Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado: Brasília, p. 5-25, out./2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-103-desvinculacao-de-receitas-da-uniao-ainda-necessaria>. Acesso em: 07 de set. 20.

ESTADÃO. *No enfrentamento à pandemia, Pará já ocupa quase a totalidade de leitos de UTI*. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,no-enfrentamento-a-pandemia-para-ja-ocupa-quase-a-totalidade-de-leitos-de-uti,70003277828>. Acesso em: 07 de set. 20.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. *Análise da gravidade da pandemia de Covid-19*. Epidemia. Serv. Saúde, Brasília, v. 29, nº 2, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200900&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 de set. 20.

G1. *Paciente com Covid-19 morre no Rio após esperar por leito e ambulância*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/27/paciente-com-covid-19-morre-no-rio-apos-esperar-por-leito-e-ambulancia.ghml>. Acesso em: 07 de set. 20.

HABERMAS, Jürgen. *A INCLUSÃO DO OUTRO: Estudos de teoria política*. Traduzido por Denilson Luís Werle. Ed. São Paulo: Unesp, 2018.

JARDIM, E. M. F. *A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: VISÃO CRÍTICA SOB A ÓPTICA TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA. PROPOSTAS*. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, v. 11, n. 20, p. 111-153, jan-jul./2019. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-103-desvinculacao-de-receitas-da-uniao-ainda-necessaria>. Acesso em: 07 de set. 20.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005.

MATOS, Haroldo José de. *A próxima pandemia: estamos prepara-*

dos? Rev Pan-Amaz Saúde, Ananindeua, v. 9, nº 3, p. 9-11, set. 2018. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232018000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 de set. 20.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27. Ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NEXO. *Público e privado: a disputa por leitos de UTI na pandemia*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/06/Público-e-privado-a-disputa-por-leitos-de-UTI-na-pandemia>. Acesso em: 07 de set. 20.

PAMPLONA, A. B. F. N. D. A. *O Impacto da desvinculação de Receitas da união nas políticas públicas de saúde*. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, nº 21, p.32-49, jul-dez./2017. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/1474>. Acesso em: 07 de set. 20.

PAULSEN, Leandro. *Curso de direito tributário completo*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Curso de direito tributário completo*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEDRO, Ana Paula. *Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum*. Kriterion, Belo Horizonte, v. 55, n. 130, p. 483-498, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jun. 20.

RASCOVSKI, Luiz. *Judicialização da Saúde: A visão do Poder Executivo*. Coordenado por Maria Paula Dallari Bucci e Clarice Seixas Duarte. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Título original: A Theory of Justice.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. *Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva*. São Paulo: Malheiros, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e*

Tributário. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

UOL. *Pandemia escancarou falta de leitos e estresse de profissionais, diz criador da UTI do Einstein*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/05/pandemia-escancarou-falta-de-leitos-e-estresse-de-profissionais-diz-criador-da-uti-do-einstein.shtml>. Acesso em: 07 de set. 20.

UFPB - Departamento de Física. *Notas de aula de física: Leis de Newton*. Disponível em: http://www.fisica.ufpb.br/~romero/pdf/05_leis_de_newton.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

'Notas de fim'

1 BRASIL. "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]".

2 "[...] a ética tem por objeto de análise e de investigação a natureza dos princípios que subjazem a essas normas, questionando-se acerca do seu sentido, bem como da estrutura das distintas teorias morais e da argumentação utilizada para dever manter, ou não, no seu seio determinados traços culturais; enquanto a moral procura responder à pergunta: como devemos de viver? a ética (meta normativa ou metaética) defronta-se com a questão: porque devemos de viver segundo x ou y modo de viver?" (PEDRO, 2014, p. 483-498).

3 "Newton enunciou que: "Quando um corpo exerce uma força num segundo corpo, este último reagirá sobre o primeiro com uma força de mesma intensidade e sentido contrário". (UFPB, 2002, p. 4).

4 "Nesse caso, formulamos proposições que têm o sentido de exigir dos demais um determinado comportamento (ou seja, reivindicar uma obrigação), de nos comprometer com uma ação (contrair uma obrigação), de reprimir os outros ou nós mesmos, de reconhecer erros, de se desculpar, propor reparações etc. [...] significa que, quando a coordenação da ação falha no primeiro nível, os membros dessa comunidade [...] se reportam a essas normas para apresenta-las como "razões" presumivelmente convincentes para pretensões e tomadas de posição crítica." (HABERMAS, 2018, p. 33-34).

5 "Quando penso um imperativo hipotético em geral, não sei de antemão o que ele poderá conter. Só o saberei quando a condição me seja dada. Mas se pensar um imperativo categórico, então sei imediatamente o que é que ele contém. Porque, não contendo o imperativo, além da lei, senão a necessidade da máxima que manda conformar-se com essa lei, e não contendo a lei nenhuma condição que a limite, nada mais resta senão a universalidade de uma lei em geral à qual a máxima da ação deve ser conforme, conformidade essa que só o imperativo nos representa propriamente como necessária." (KANT, 2005, p.58-59).

6 "[...] a razão de existir do próprio Estado" [...] "corresponde à concretização dos objetivos e princípios constitucionalmente postos, especialmente mediante a realização dos direitos fundamentais [...]". (BUFFON, 2009, p.218).

7 "O Direito é uno, todo interligado, a reger a vida social. São tolices essas "autonomias científicas" dos diversos ramos do Direito. Muitos juristas se comprazem em dizer

que o seu Direito é autônomo e importante, mais importante que os demais. Ora, essa divisão do Direito em ramos é, a um só tempo, funcional e didática e nada mais. Serve apenas ao pragmatismo, na regulação dos múltiplos aspectos da vida social, instituindo princípios e diretrizes adequadas aos objetos regulados, e facilita no plano didático o ensino e a compreensão do Direito.” (COELHO, 2020, p.75).

8 “[...] o tributo se define como o dever fundamental estabelecido pela Constituição no espaço aberto pela reserva da liberdade pela declaração dos direitos fundamentais.” (TORRES, 2005, p.181).

9 “O dever de pagar impostos é um dever fundamental. O imposto não é meramente um sacrifício, mas, sim, uma contribuição necessária para que o Estado possa cumprir suas tarefas no interesse do proveitoso convívio de todos os cidadãos. O Direito Tributário de um Estado de Direito não é Direito Técnico de conteúdo qualquer, mas ramo jurídico orientado por valores. O Direito Tributário afeta não só a relação cidadão/Estado, mas também a relação dos cidadãos uns com os outros. É Direito da coletividade.” (TIPKE, 2002, p. 15).

10 “A tributação é prerrogativa e instrumento do Estado, de modo que os princípios gerais de direito público e, mais especificamente, de direito administrativo, lhe são diretamente aplicáveis. Na regulamentação e aplicação das leis tributárias, a Administração está, pois, sob a égide de princípios como o da legalidade, da moralidade e da eficiência.” (PAULSEN, 2017, p.185).

11 “O Estado Social é enfim Estado produtor de igualdade fática. Trata-se de um conceito que deve iluminar sempre toda a hermenêutica constitucional, em se tratando de estabelecer equivalência de direitos. Obriga o Estado, se for o caso, a prestações positivas; a prover meios, se necessário, para concretizar comandos normativos de isonomia.” (BONAVIDES, 2001. p. 343).

12 De acordo com o economista e consultor legislativo do Senado Federal, Fernando Álvares Correia Dias, “as finalidades da desvinculação são: a) permitir a alocação mais adequada de recursos orçamentários, evitando que algumas despesas obtenham excesso de recursos vinculados, enquanto outras apresentem carência de recursos; b) atender melhor às prioridades de cada exercício, bem como possibilitar uma melhor avaliação do custo de oportunidade das ações públicas; c) permitir o financiamento de despesas rígidas, sem endividamento adicional da União; d) viabilizar a obtenção de superávits primários, especialmente com a introdução das metas fiscais na lei orçamentária anual, a partir do exercício de 1999.” (DIAS, 2011, p.6).

13 “Cumpra verificar, primeiramente, a exata correspondência da finalidade invocada na norma instituidora com aquela prevista na Constituição como autorizadora da instituição de tais tributos.” (PAULSEN, 2017. p. 97).

14 De acordo com Eduardo Marcial Ferreira Jardim, “As contribuições de seguridade social têm por nexo de causalidade o binômio consubstanciado em gerar recursos para o financiamento da previdência, saúde pública e assistência social. É dizer, diferentemente dos tributos codificados que produzem receitas genericamente orçamentárias, as contribuições de seguridade, ao contrário, são instituídas com o objetivo de financiar a seguridade. Logo, o produto de sua arrecadação encontra-se lógica e ontologicamente afetado com a seguridade social, fato, aliás, inequívoco na doutrina e na jurisprudência.” (JARDIM, 2019, p. 137).

15 “Sem a aplicação desse mecanismo, mais recursos poderiam ser utilizados para aprimoramento do SUS e das políticas públicas de saúde como um todo, como na contratação de servidores, na modernização dos equipamentos, na construção de novos hospitais, na realização de campanhas preventivas, o que contribuiria, e muito, para garantir eficiência a esse direito fundamental.” (PAMPLONA, 2017, p.43).

16 “Isso vai gerar um cenário inaceitável, principalmente para a população brasileira, que depende exclusivamente dos serviços públicos, avalia o conselheiro nacional de saúde.

de e coordenador da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (Cofin) do CNS, André Luís de Oliveira.” (CNS, 2019).

17 “Neste ano, 2018, completamos 100 anos da maior pandemia de influenza já registrada na história, a famosa Gripe Espanhola de 1918. [...] Nessa pandemia, chamada de “mãe de todas as pandemias”, há diferentes estimativas de óbitos pela infecção, que variam entre 20 até 50 milhões de óbitos em todo o mundo.” (MATOS, 2018, p. 9-11).

18 “[...] a epidemia da Covid-19, analisada conforme o PSAF (Quadro de Avaliação da Gravidade Pandêmica (Pandemic Severity Assessment Framework - PSAF) com dados chineses, pode ser comparada às epidemias severas da história, como a epidemia de influenza de 1918.” (FREITAS, 2020).

19 “[...] houve avanços em algumas áreas, mas há muito que se caminhar, e o Estado ainda não consegue cumprir seu mister, no tocante ao direito à saúde. Seja por falta de recursos, seja por falta de planejamento adequado, seja por qualquer outro pretexto operacional (sem falar no pior, como o desvio de verbas etc.), fato é que em muitos lugares a prestação de serviço de saúde evidencia-se caótica.” (RASCOVSKI, 2017. p. 277-278).

20 “Qualquer valor só é um valor (como Georg Simmel, há muito, observou) graças à perda de outros valores, que se tem de sofrer a fim de obtê-lo.” (BAUMAN, 1998, p. 10).

21 “Um paciente com covid-19 chega a uma unidade de pronto atendimento em Pernambuco. Em estado grave, precisa de ventilador — mas não há equipamento para todos. Na frente de médicos que assistem sem poder ajudar, ele morre.” (BBC NEWS, 2020).